

## IDENTIDADE, LUGAR E TERRITÓRIO NAS REPRESENTAÇÕES DO SERTÃO DA RESSACA - BAHIA

Geisa Flores Mendes<sup>58</sup>  
Maria Geralda de Almeida<sup>59</sup>

### RESUMO

O propósito deste artigo é discutir a problemática da identidade e sua relação com o lugar e o território. Para tanto, será considerado o atual momento marcado por debates sobre globalização, compressão tempo/espaço, os “sentidos” do lugar e do território. O *sertão* e, mais especificamente o Sertão da Ressaca – BA, será utilizado como referência espacial e simbólica para se pensar as relações de pertencimento que envolvem o lugar e o território permeados pela configuração de representações.

**Palavras-chave:** Identidade. Lugar. Território. Globalização. Sertão da Ressaca.

## IDENTITY, PLACE AND TERRITORY IN THE REPRESENTATIONS OF THE SERTÃO DA RESSACA - BAHIA

### Abstract

The goal of this paper is to argue problematic of the identity and its relation with the place and the territory. For in such a way, the current moment marked for debates on globalization will be considered, compression time/space, the “directions” of the place and the territory. The “sertão” and, more specifically the Sertão da Ressaca - BA, will be used as space and symbolic reference, to think the belonging relations that involve the place and the territory permeado for the configuration of representations.

**KeyWords:** Identity. Place. Territory. Globalization. Sertão da Ressaca.



## IDENTIDAD, LUGAR Y TERRITORIO EN LAS REPRESENTACIONES DEL SERTÃO DE LA RESSACA - BAHIA

### RESUMEN

La intención de este artículo es discutir el tema de la identidad y su relación con el lugar y el territorio. Para ello, se considerará el período actual, caracterizado por los debates sobre la globalización, la compresión tiempo/espacio, el "significado" del lugar y del territorio. El sertão y, más específicamente, el Sertão de la Ressaca – BA, se utilizará como referencia espacial y simbólica de repensar las relaciones de pertenencia que rodean el lugar y el territorio atravesada por el establecimiento de representaciones.

**Palabras-clave:** Identidad. Lugar. Territorio. Globalización. Sertão de la Ressaca.

### Introdução

Vivemos um tempo de grandes transformações. Um tempo marcado por um constante fluxo de idéias que tem fecundado conceitos para além das fronteiras disciplinares. Nessa dinâmica, uma das questões postas com muita ênfase, discutida por diferentes áreas do conhecimento, tem sido o conceito de identidade e sua interface com o lugar e o território. Essa discussão se acentua numa época em que temas como globalização, compressão tempo/espço, os “sentidos” do lugar e do território vêm sendo amplamente aventados.

Esses desdobramentos remetem a uma análise de aspectos que permeiam a configuração de identidades e conduzem a uma série de reflexões que se traduzem, entre tantas outras, no questionamento formulado por Hall (1999) no livro intitulado *A Identidade Cultural na Pós-Modernidade*. Ao introduzir a temática, o autor se propõe a explorar alguns aspectos da identidade cultural e interroga: Estamos vivenciando um período de “crise de identidade”? Esse questionamento, aparentemente simples, reveste-se de certa complexidade, motivo pelo qual ele tem sido pauta de investigações interdisciplinares e vem-se configurando, cada vez mais, em um campo fértil de realização de pesquisas.



Assim, diferentes áreas do conhecimento, a exemplo da Geografia, da Antropologia da Sociologia, da Economia, da História etc., têm dado atenção especial a esse debate que vem suscitando, a cada momento, novos desafios e perspectivas. Pode-se afirmar, de antemão, concordando com Hall (1999), que as formulações propostas neste artigo são provisórias e abertas à contestação.

É imprescindível reconhecer que as abordagens desenvolvidas, tendo como foco as relações identitárias com o território e com o lugar, possuem diferentes vertentes e compreensões sendo, portanto, alvo de mais divergências do que consensos. Assim, fica claro que as proposições em torno da identidade não são de maneira nenhuma unívocas: há uma multiplicidade de olhares, ênfases e práticas, desenhando e fermentando a polêmica em torno dessa temática.

Feitas essas considerações, alguns questionamentos emergem e orientam o percurso analítico desse artigo: diante do processo de globalização, é possível, ainda, se pensar em identidade territorial? Em caso afirmativo, qual o seu significado? Que aspectos devem perpassar a discussão acerca da relação entre identidade, lugar e território no contexto contemporâneo? Buscar-se-á, assim, ao longo deste artigo, refletir acerca dessas questões utilizando o Sertão da Ressaca – BA, como referência espacial e simbólica, para se pensar as relações de pertencimento que envolvem o lugar e o território em um contexto marcado pela globalização.

### **Globalização x Sentimento de “pertença”**

Estamos em um mundo globalizado! Essa afirmativa tem sido recorrente. Entretanto, o que parece consensual, desdobra-se em pontos de vista diferenciados e, às vezes, até diametralmente opostos. De acordo com Giddens (2000), vivemos num mundo de transformações que vêm afetando quase todos os aspectos do que fazemos. Assim, estamos todos impelidos a uma ordem global que não se sabe ao certo ainda os efeitos. O autor apresenta a distinção do que denominou de “céticos” e de “radicais” quanto à compreensão do que seria a globalização. Os “céticos” acreditam que a globalização não passa de “mera conversa”, pois a economia global não é especialmente diferente do que existiu em períodos anteriores. Os



“radicais”, por sua vez, sustentam que não só a globalização é muito real, como suas conseqüências podem ser sentidas em toda parte.

Giddens (2000) defende a idéia de que a globalização, tal como a estamos experimentando, é, sob muitos aspectos, não só nova como, também, revolucionária. Em sua opinião, tanto os “céticos” quanto os “radicais” analisam esse fenômeno por um viés quase que exclusivamente econômico. Para ele, esse é o grande erro, pois a globalização é política, tecnológica e cultural, tanto quanto econômica, e foi influenciada, acima de tudo, por desenvolvimentos nos sistemas de comunicação que remontam ao final da década de 1960. O autor acredita que a globalização não é um processo singular, mas um conjunto complexo de processos e que operam de maneira contraditória ou antagônica. Conclui o autor que a globalização não está se desenvolvendo de maneira equitativa e está longe de ser inteiramente benéfica em suas conseqüências. Nesse aspecto, pode-se estabelecer um paralelo com Santos (2000), quando ele ressalta o fato de que, para a maior parte da humanidade, a globalização se apresenta como “fábrica de perversidades”, gerando desemprego, pobreza crescente, perversidade sistêmica e comportamentos competitivos.

As associações entre *globalização, desenvolvimento, progresso, crescimento econômico, ciência e tecnologia* vêm, assim, permeando a sociedade moderna e interferindo nas percepções sobre a natureza, a sociedade, a identidade, o território, o “sentido” do lugar etc. Nessa direção, a visão da exclusão social e territorial, marcada pela mercantilização inerente ao processo de globalização, “[...] introduz localmente um tipo de incerteza e de vertigem na mente humana. Uma das maneiras de reagir a isso consiste na busca da certeza de que somente a proximidade pode garantir, até certo ponto, o sentimento de pertencer” (ZAOUAL, 2003, p. 21).

Essa discussão vem sendo amplamente difundida por Zaoual (2003) que traz, no centro da sua análise, a elaboração de uma teoria do local em sua dialética com o global a qual ele denomina de teoria dos “sítios simbólicos de pertencimento”, ou de “pertença”. Para Zaoual, “[...] essas tensões e recomposições são a raiz da afirmação das identidades e dos territórios. Em todos os lugares, cada vez mais, as pessoas sentem a necessidade de crer e de se inserir em locais de pertencimento” (2003, p. 21).

Assim, à medida que cresce o global, também se amplia, paradoxalmente, o sentimento do local. Essa reflexão vem corroborar



a afirmação de Benko, quando ressalta que: “Na atualidade, as relações entre o local e o global adquirem papel fundamental no desvendamento de ambos. Local e global são, com efeito, duas ordens imbricadas, essencialmente contraditórias e insuperavelmente dialéticas” (BENKO, 1996, p.65 apud MARTINS, 2002, p. 55). Esse entendimento marca a oposição ao discurso de afirmação do processo de globalização.

Configurando esse panorama de confronto entre o local e o global, têm-se, segundo Haesbaert (1999, p. 25), duas tendências de análise: uma apresentada de forma mais simplista por diferentes autores que vêem “o global associado com processos de totalização, de generalização/universalização e o local com processos de fragmentação, de particularização/singularização, como se o global fosse o *locus* da homogeneização e o local o da heterogeneização”; e outra, enfatizando que essa questão “é muito mais complexa”. Na esteira dessa discussão, Benko (2001, p. 09) assinala que: “a ‘glocalização’, neologismo forjado para designar a articulação expandida dos territórios locais em relação à economia mundial, sublinha a persistência de uma inscrição espacial dos fenômenos econômicos, sociais e culturais”. Benko (2001, p. 09) encerra essa discussão reforçando que “contrariamente aos mais sombrios prognósticos, os territórios - com suas especificidades -, não foram apagados sob os fluxos econômicos da mundialização”.

Ainda na perspectiva do binômio global-local, Haesbaert (1999, p. 25), reconhecendo a complexidade da temática ressalta:

A luta entre uma face homogeneizadora e uma face heterogeneizadora demonstra que processos globais “implantam-se” no local, adaptando-se a ele, ao mesmo tempo em que o local pode globalizar-se na medida em que expande pelo mundo determinadas características locais. No primeiro caso, ocorre uma dinâmica no sentido global-local, mas sem que o local seja um simples reflexo do global, pois ele impõe condições para a realização da globalização. No segundo caso, o local produz a diversidade no âmbito global, complexificando as características que marcam a globalização.



O citado autor chama a atenção para o fato de que, se por um lado a globalização tenderia a impor certa homogeneização e padronização, por outro lado, tem-se observado a manifestação de uma “reativação de identidades culturais que a globalização tenderia a debilitar”. Assim, é evidenciado que esse processo “pode também manifestar sua outra face: a da resistência a esses processos globais” (HAESBAERT, 1999, p. 25).

Zaoual (2003) afirma que, caso seja possível a formação de uma *civilização planetária da diversidade*, o paradigma do futuro apresentará epistemologia *multiforme, plural e indeterminada*, o que requer a valorização e o respeito às diferenças simbólicas e à integridade dos *sítios simbólicos de pertencimento*,<sup>60</sup> que é o *locus* do *homo situs*, conceito proposto pelo autor para indicar a superação do *homo economicus*, ícone e base do modelo científico da racionalidade padrão e da ideologia econômica. Na concepção formulada por esse autor (2003, p. 95):

Contrariamente à exclusiva visão de mercado que subtrai o homem de seu ambiente social, o sítio o inclui e o vincula a suas raízes. [...] O sítio integra, assimila e ultrapassa toda contribuição vinda de fora. O sítio, como espaço vivido, é cada vez mais único e singular e, ao mesmo tempo, universal, uma vez que, está aberto à diversidade local, regional, nacional e mundial. Essas escalas estão mescladas.

A formulação do conceito de *sítio* se aproxima das discussões desenvolvidas, no âmbito da Geografia, por alguns autores, a partir da categoria lugar, pois, tanto o *sítio* quanto o *lugar* remetem ao *espaço vivido*. Para Almeida, “os lugares vividos são frutos das relações tecidas entre os homens e o meio e os sentimentos de pertencimento” (2003, p. 73). Carlos, tratando desse mesmo aspecto, evidencia a relação de identidade e de pertencimento do homem com “o local onde se processa a vida”; a autora também expressa que essa relação “se vê influenciada, determinada, ou mesmo ameaçada pelas relações do lugar com um espaço mais amplo” (1996, p. 28). Para Carlos, o lugar se produz e se reproduz na relação dialética entre o global e o particular. Assim, o local não se desvincula do global, pois o “lugar é sempre um espaço presente dado como um todo atual com suas ligações e conexões cambiantes” (1996, p. 31). Essa relação entre o



local e o global a instiga a empreender uma análise do significado do lugar na *era das redes*, uma vez que se torna visível as mudanças nas relações com os lugares num período marcado pelo que Harvey denominou de *compressão tempo/espaço*. Assim, o lugar na *era das redes* produz a sensação de que as bases territoriais estão sendo perdidas. Apesar dessa aparência, Carlos (1996, p. 30) destaca: “o lugar guarda em si e não fora dele o seu significado e as dimensões do movimento da vida, possível de ser apreendido pela memória, através dos sentidos”.

No texto intitulado *Um sentido global do lugar*, Massey (2000) também empreende uma análise acerca do sentido do lugar nessa época de constante aceleração. Ao longo da análise de diversos aspectos pertinentes à *compressão tempo/espaço*, ela constata que “um dos resultados dessa situação é a crescente incerteza sobre o que queremos dizer com lugares e como nos relacionamos com eles” (p. 177). Defendendo a argumentação do que denominou de um “sentido progressista do lugar”, evidencia: “parece-me que precisamos de um sentido global do local, de uma consciência global do lugar” (2000, p. 185).

A análise de Massey (2000) converge em alguns pontos com a de Carlos (1996). Todavia, a primeira avança na discussão, extrapolando alguns argumentos desenvolvidos pela segunda, pois para Massey não existe uma identidade coesa com o lugar, mas identidades múltiplas. Portanto, se é possível pensar em identidades múltiplas, pode-se dizer a mesma coisa dos lugares. Assim, os sentidos atribuídos ao lugar são também múltiplos, diversos. Ainda Massey (2008, p. 31), em outra obra, assevera que: “[...] O espaço não existe antes de identidades/entidades e de suas relações [...]”. De um modo mais geral, argumenta que as relações entre as identidades e a espacialidade que delas faz parte são todas co-constitutivas.

### **Identidade, Lugar, Território**

As relações de pertencimento que envolvem o lugar e o território remetem, inevitavelmente, à discussão da identidade. É importante destacar, de antemão e, ratificando Hall (1999), que o próprio conceito de identidade é demasiadamente complexo, portanto não podemos pensá-lo na a partir de afirmações conclusivas. A

variedade de abordagens e de concepções, que envolvem o conceito de identidade, evidencia a sua emergência e a sua importância nas análises geográficas, além de apontar para a riqueza de temáticas que podem ser perpassadas por essa discussão.

Ao analisar a questão da identidade, Castells (1999, p. 22) a define como “a fonte de significado e experiência de um povo”. Chama atenção para o fato de que, além de reconhecer que toda e qualquer identidade é construída, é necessário estar sempre interrogando *o como, a partir de quê, por quem, e para quê* isso acontece, pois é necessário reconhecer que essa construção social inevitavelmente se dá em um contexto marcado por relações de poder. A complexidade dessa questão é evidenciada quando Castells (1999, p.23), enfatiza que a construção de identidades:

[...] vale-se da matéria-prima fornecida pela história, geografia, biologia, instituições produtivas e reprodutivas, pela memória coletiva e por fantasias pessoais, pelos aparatos de poder e revelações de cunho religioso. Porém, todos esses materiais são processados pelos indivíduos, grupos sociais e sociedades, que reorganizam seu significado em função de tendências sociais e projetos culturais enraizados em sua estrutura social, bem como em sua visão de tempo/espaço.

Na esteira dessa discussão, Hall (1999) se propõe a explorar a possível “crise de identidade” das sociedades modernas que vem desestabilizando os quadros de referência que possibilitavam aos indivíduos uma ancoragem estável no mundo social. Hall (1999, p. 8) põe em relevo a sua posição simpática à afirmação de que “as identidades modernas estão sendo “descentradas”, isto é, deslocadas ou fragmentadas”.

Estabelecendo a distinção das concepções de identidade do que denominou *sujeito do Iluminismo, sujeito sociológico e sujeito pós-moderno*, Hall (1999, p. 13) apresenta aspectos acerca da identidade cultural do sujeito pós-moderno, esclarecendo que esse sujeito “assume identidades diferentes em diferentes momentos, identidades que não são unificadas ao redor de um eu coerente”. Tais identidades contraditórias, por sua vez, operam em diferentes direções, “de tal modo que nossas identificações estão sendo continuamente





descoladas”. Para ele, esse processo, transforma a idéia de identidade plenamente unificada, coesa e coerente, em uma absoluta fantasia.

Diante desses supostos, é impossível compreender a identidade como algo dado, definido e demarcado de maneira clara e coerente. Ela se constitui, antes de tudo, como um processo, um movimento. Trata-se sempre, como ressalta Haesbaert (1999), de uma *identificação em curso*. Entendida dessa maneira, a identidade perde o seu caráter de unicidade e passa a ter um caráter de multiplicidade.

Nesse processo de identificação em curso, como se pensar as relações identitárias com o lugar, o território? Na análise das relações entre identidade territorial e identidade cultural, encontram-se contribuições nas abordagens desenvolvidas por Almeida e Vargas (1998), Almeida (2003, 2005), Haesbaert (1999), Cavalcanti (2002), Penna (1992) dentre outros.

Ao discutirem a dimensão cultural do sertão sergipano, Almeida e Vargas ressaltam que: “As expressões culturais materializam-se no espaço” (1998, p. 472) e, assim, demonstram que a dimensão cultural “talha os indivíduos, define os meios de se relacionarem, de organizarem o espaço e de se organizarem nele” (1998, p. 470). Partindo dessas considerações, apresentam e discutem diversos aspectos que evidenciam a relação entre território e cotidiano, entre dimensão territorial e dimensão cultural.

Abordando o sertão na perspectiva de leituras culturais da Geografia, Almeida (2003) desenvolve uma análise, buscando, no poético, o sertão/sertanejo como símbolo de paisagem e de identidade. Ao tratar das representações do sertão, discute a visão elaborada pelos “de fora” e resgata os sertões como imagem de lugar, espaço de experiência e vivência dos sertanejos: os “de dentro”. Utilizando a categoria *representações* em sua análise, Almeida (2003, p. 73) destaca que, no processo de sua adoção, “abriu-se uma via de estudos, pela inclusão do imaginário no trato dos objetos geográficos”.

Assim é que a apreensão dos vínculos entre o *território* e as *redes de memória* bem como as *representações* que os constituem se configura de extrema importância para o olhar geográfico. Como não levar em conta a relação da identidade com o território, o lugar? É nesse sentido que Carlos (1996, p. 82) assegura que a identidade dos grupos sociais guarda uma dimensão espacial, pois um grupo só se pode visualizar num espaço em que os elementos da sua história estão



presentes. A autora pondera:

As formas que a sociedade produz guardam uma história, pois o tempo implica duração e continuidade. [...] A memória articula espaço e tempo, ela se constrói a partir de uma experiência vivida num determinado lugar. Produz-se pela identidade em relação ao lugar, assim lugar e identidade são indissociáveis. [...] A memória liga-se decididamente a um lugar [...], pois o indivíduo só se realiza no e pelo outro pelo imbricamento entre as histórias coletivas e individuais, ligadas a um espaço determinado, aquele da vida.

Na relação identidade/lugar, Cavalcanti (2002) analisa aspectos pertinentes à migração de nordestinos para São Paulo, enfocando particularmente o processo de desenraizamento da experiência do migrante. Ao apresentar os dois grupos num só povo: os que resistem e ficam e os que migram, configuram-se duas faces de uma mesma realidade: o embate entre a reformulação da identidade por parte daqueles que se movimentam para fora e a resistência daqueles que, apesar das dificuldades impostas, permanecem no seu local de origem. A autora discute a dinâmica e a complexidade que o processo de desenraizamento provoca. Para Cavalcanti (2002, p. 146), nesse desenraizamento há uma “desterritorialização dos processos simbólicos, uma quebra das coleções organizadas pelos sistemas culturais com novas ressignificações e redimensionamento dos objetos, coisas e comportamentos, mas não sem a presença de conflitos”.

Penna (1992), também, refletindo sobre a relação entre identidade e território, busca respostas possíveis à questão “o que faz ser nordestino?” identificando a identidade regional como uma forma particular de identidade social. “[...] o regionalismo pretendia, tomando como base a condição de nordestino, unir a todos num mesmo destino e em torno de interesses idênticos” (PENNA, 1992, p. 50). Estabelecendo um questionamento acerca de quem são os nordestinos, discute possíveis hipóteses na configuração dessa identidade: a naturalidade; a vivência e a cultura e ainda a auto-atribuição do indivíduo.



As abordagens aqui destacadas legitimam a necessidade evidenciada por Penna e outros autores já mencionados de “se abandonar qualquer enfoque da identidade que a conceba necessariamente como monolítica, única ou estável, ou ainda como dotada de existência própria” (1992, p. 56). Partindo dessa compreensão, é inevitável a conclusão de que muitos laços de identidade se manifestam na convivência com o lugar, com o território. Todavia, os significados desses laços não são marcados pela unicidade e sim pela multiplicidade de percepções.

### **O Sertão: entre a identidade e as representações**

As diversas concepções apontadas pelos diferentes autores até então permitem discutir a configuração de representações acerca do Sertão da Ressaca – Bahia, tendo como eixo de análise os discursos vinculados a esse território.

O Sertão da Ressaca, recorte regional aqui apontado, é uma denominação recorrente nos documentos que abordam o processo de ocupação e de povoamento do interior da Bahia e compreende uma área de transição geográfica entre o litoral e a caatinga, que tem no município de Vitória de Conquista uma de suas principais referências. A história do Sertão da Ressaca se confunde, então, com a própria história de Vitória da Conquista.

A ocupação do “Sertão da Ressaca” se inicia a partir da necessidade do Governo Colonial em estabelecer um elo entre o sertão distante e o litoral e esse objetivo é atingido com a implantação do “Arraial da Conquista”. As primeiras referências a esse arraial, no final do século XVIII, falam da existência de um povoado onde moravam mais de 60 pessoas. A dinâmica da economia sertaneja concentrava-se nas fazendas de gado que foram responsáveis pela instalação e pela fixação de muitas famílias que ocuparam e colonizaram a região que se tornaria o Município da Imperial Vila da Vitória (Cf. SOUSA, 2001, p.165). A importância do Arraial da Conquista foi enfatizada pelo Príncipe Maximiliano de Wied Newied que, em 1817, esteve nesse Arraial e deixou um interessante relato que, entre outras observações, destaca: “Arraial da Conquista, principal localidade do distrito, é quase tão importante como qualquer vila do litoral” (WIED-NEWIED, 1940, p.409).



Esses elementos contribuíram para que Vitória da Conquista se tornasse metáfora de “Sertão da Ressaca”. Apesar de geograficamente estar localizada em uma faixa de transição entre a zona da mata e o domínio extensivo das caatingas, Vitória da Conquista foi - e é - amplamente proclamada na polifonia dos discursos, como uma cidade sertaneja e terminou por ser reconhecida como tal.

No exame de diferentes fontes locais, o sertão emerge de maneira significativa. A título de exemplo, destacam-se os discursos que permearam a implantação de instituições de formação de professores na Bahia.<sup>61</sup> Esses discursos proclamando-as como instrumentos de “redenção” dos sertões foram marcantes para a construção do imaginário popular. A representação do sertão, ainda no início do século XX, como *ignaro, bruto*, responsabilizado pela *falta de progresso* do país era muito presente. Para tentar resolver o problema do “atraso”, foi missão dessas Escolas Normais formar professoras sertanejas com o intuito de *letrar os sertões*, inserindo o sertanejo numa sociedade voltada para o *progresso* e para a *civilização*.

Essa identificação com o sertão é evidenciada em diversas construções discursivas, ritos, práticas sociais e no próprio Hino da Cidade: “Conquista, jóia do *sertão* baiano/ Ó pérola fulgente do *sertão*/ Minha querida terra *sertaneja*...” As constantes evocações ao sertão continuam reverberando, produzindo sentidos, territorialidades.

Em Vitória da Conquista, não só a literatura, que é pródiga em exemplos, mas também as artes plásticas tematizam o sertão, haja vista algumas telas de Romeu Ferreira e de Sílvio Gessé, dentre outros, que registram uma concepção belíssima do amplo e impalpável conceito de sertão.

Tais sentidos são também expressos a partir de nomes artísticos locais, alguns de repercussão internacional, a exemplo das criações de Elomar Figueira e de Glauber Rocha, em que a relação com o sertão é intensa. Contemporaneamente, encontra-se, ainda, uma efervescência de discursos políticos com essa característica. Referências ao sertão, a essa terra, a esse chão, a esse lugar, como espaço-alvo de projetos e de pertencimento, fervilham nos palanques, nos *jingles* e em toda a propaganda eleitoreira.

Um outro exemplo dessa ênfase ao sertão pode ser identificado em Programas de Governo do Estado da Bahia, quando esse jogo discursivo também é utilizado. Paradoxalmente, determinadas áreas sertanejas identificadas como “problemáticas” recebem Programas



com denominações que evidenciam o qualificativo imortalizado por Euclides da Cunha: “o sertanejo é antes de tudo um forte”, como o *Projeto Sertão Forte* e o *Cabra Forte*.<sup>62</sup>

Recente polêmica também figurou nos noticiários, jornais e revistas semanais de circulação nacional<sup>63</sup> envolvendo o nome de um deputado da região, cantor de ritmo tido como popular, que foi impedido de entrar no plenário com um acessório típico da caracterização do sertanejo: um chapéu de couro. Tal episódio teve grande repercussão na imprensa, motivando uma série de debates e mobilizando opiniões favoráveis e contrárias à manutenção desse “estilo sertanejo” no plenário da Câmara. A polêmica circulou intensamente nos programas de rádio de Vitória da Conquista, chegando a ser apresentado em forma de versos: “É a ditadura do ar condicionado/ Ter terno e gravata para ser um deputado/ Podem usar pulseira e anel de ouro/ E eu não posso o meu chapéu de couro/ [...] Eu fui criado debaixo desse sol/ E conhecendo as quebradas do sertão/ Foi que aprendi que a vestimenta do homem forte/ É chapéu de couro, correia e gibão/ [...] Mas tanta coisa carecendo solução/ Tanto projeto engavetado no porão/ Ai vem um se dizendo homem do povo/ Sem entender que povo tem seu modo de expressão/ [...] Vem com a Lei aplicar rigidamente/ Proibição severa/ Pro jeito de ser sertão [...]”.<sup>64</sup>

Seja no singular ou no plural, a carga simbólica que o sertão emana continua alimentando um rico conjunto de representações. Referência espacial e simbólica, o sertão tem-se constituído em categoria essencial para se pensar a nação brasileira. Como já destacou Amado (1995, p.145): “No conjunto da história do Brasil, em termos de senso comum, pensamento social e imaginário, poucas categorias têm sido tão importantes, para designar uma ou mais regiões, quanto a de *sertão*”.

Haesbaert (1997), assinalando os aspectos pertinentes à identidade do nordestino, destaca que entre os primeiros elementos utilizados para identificar o sertão está o meio físico que, nas interpretações clássicas, teria tido um papel fundamental para moldar os traços culturais da identidade sertaneja. Esses elementos estão pautados na clássica divisão regional: Zona da Mata, Agreste e Sertão, consagrada por Andrade (1980) em *A Terra e o Homem no Nordeste*. Ab’ Sáber, abordando as características do sertão, ressalta: “Quando os engenheiros da antiga Inspeção de Obras contra as Secas



introduziram a noção de “polígono das secas”, estavam realizando a própria delimitação grosseira da área nuclear do domínio morfoclimático, fitogeográfico, hidrológico e geoecológico dos sertões secos” (1985, p.46). Haesbaert chama a atenção para o fato de que essa definição serviu “especialmente a partir da década de 1950 [...] para o fortalecimento de uma ideologia regional que, tal como já acontecia embrionariamente no discurso de alguns políticos do século passado, projetava o espaço do sertão semi-árido como área *core* a caracterizar a identidade regional nordestina” (1997, p. 77-78).

Abordando a relação entre identidade e território, Haesbaert parte do pressuposto geral de que “toda identidade territorial é uma identidade social definida fundamentalmente através do território [...]”. Estabelecendo um contraponto a essa questão, o autor conclui que: “se toda identidade territorial é, obviamente, uma identidade social, nem toda identidade social [...] toma, obrigatoriamente, como um de seus referenciais centrais, o território ou, num sentido mais restrito, uma fração do espaço geográfico” (1999, p. 172).

Ainda Haesbaert, ao apresentar e analisar várias concepções de território, ressalta que, embora a Geografia tenha enfatizado com mais frequência a dimensão material do território, é necessário “buscar superar a dicotomia material/ideal”, ou seja, é importante considerar “o território envolvendo, ao mesmo tempo, a dimensão espacial concreta das relações sociais e o conjunto de representações sobre o espaço ou o “imaginário geográfico” (2002, p. 19) que também move essas relações”. Corroborando esta idéia, Almeida (2005, p. 108), em artigo intitulado *Fronteiras, Territórios e Territorialidade*, evidencia que:

Como organização do espaço, pode-se dizer que o território responde em sua primeira instância, a necessidades econômicas, sociais e políticas de cada sociedade e, por isso, sua produção está sustentada pelas relações sociais que o atravessam. Sua função, porém não se reduz a essa dimensão instrumental; ele é também objeto de operações simbólicas e é nele que os atores projetam suas concepções de mundo (2005, p. 108).



Levando em conta esses elementos, o *território* desdobra-se em *territorialidade*, conceito esse que tem sido utilizado para enfatizar as questões de ordem simbólico-cultural, evidenciando também o sentimento de pertencimento a um dado território. Como ressalta a autora, “[...] território ele o é, para aqueles que têm uma identidade territorial com ele, o resultado de uma apropriação simbólico-expressiva do espaço, sendo portador de significados e relações simbólicas” (2005, p. 109). Partindo desse entendimento, pode-se dizer que a identidade cultural é que vai dar sentido ao território.

Em se tratando do recorte regional apontado, convém enfatizar que, atualmente, a denominação “Sertão da Ressaca” cedeu espaço a processos contemporâneos de economia lingüística, reduzindo-se à expressão simplificada e genérica de “sertão”.

Os limites do Sertão da Ressaca são imprecisos, mas em se tratando de *sertão*, Espindola chama a atenção: “Não existem limites rígidos, determinando onde começa e acaba o sertão, mas linhas que se movimentam conforme as circunstâncias. O sertão foi território que se expandiu e se contraiu”. Ressalta ainda que “a categoria sertão possui elementos de fronteira e passagem nos sentidos espacial, temporal e simbólico. Implica limites materiais e imateriais que se expressam em marcos na paisagem [...]” (2004, p.02). É considerando também esses elementos, contidos na idéia de *sertão*, que Moraes destaca: “sertão não é uma materialidade da superfície terrestre, mas uma realidade simbólica: uma ideologia geográfica. Trata-se de um discurso valorativo, referente ao espaço, que qualifica os lugares segundo a mentalidade reinante e os interesses vigentes [...]”. Assim, conclui que o *sertão* não é um lugar, mas uma condição atribuída a variados e diferenciados lugares e, nesse sentido, assegura que “do ponto de vista clássico da geografia, pode-se considerar consistente a afirmação Roseana de que o *sertão está em toda parte*” (2002-2003, p. 13).

Não se pode perder de vista que o “sertão/espaço não existe em si mesmo, mas unicamente através de um conjunto de efeitos ou de interações que ele engendra” (ALMEIDA, 2003, p. 74). Corroborando esta análise, Espindola (2004, p. 03) evidencia que o “sertão foi um discurso sobre espaços e pessoas, uma construção simbólica com fins determinados”. Assim, que permanências acerca das representações do Sertão da Ressaca resistem ao tempo e continuam presentes na memória coletiva? Que rupturas estão



ocorrendo nas representações desse sertão? Quais são, enfim, os fatores responsáveis por essas permanências e rupturas? Diante dessas indagações, poderíamos considerar o território do Sertão da Ressaca como *lugar de memória*?<sup>65</sup> De acordo com Pierre Nora (1993), os *lugares de memória* têm o papel de estabelecer laços de continuidade entre o passado e o presente, portanto, equivalem à necessidade da preservação das memórias coletivas, sem as quais a vida estancaria num eterno presente. Esses seriam, de acordo com o autor, tanto lugares materiais quanto lugares pouco palpáveis ou imateriais.

Moraes apresenta a discussão de que, para existir o sertão, é necessária a existência de lugares que não sejam englobados nessa denominação. Assim, o sertão é comumente representado como o contraponto da civilização do litoral e, nesse aspecto, o autor assinala: “A designação sertaneja para ser formulada necessita de um contraponto que lhe forneça sentido por diferenciação. Isto é, o sertão só pode ser definido pela oposição a uma situação geográfica que apareça como sua antípoda” (2002-2003, p. 14). Apesar de não haver um consenso quanto ao estudo do sertão nesta visão de oposição ao litoral, diversos autores vêm conduzindo suas análises nessa direção.

A não homogeneização desse enfoque pode ser claramente percebida a partir da vivência e da experiência do sertanejo, que é marcada por uma pluralidade de olhares. Percorrendo o sertão, constata-se, através de algumas narrativas, que, para uns, o sertão é definido pelo isolamento: “Aqui é sertão. É só olhar. É um paradeiro só... Um deserto!”. Outros o evocam a partir de associações imediatas com o meio físico: “O sertão é aqui! É só olhar a terra seca, o céu sem uma nuvenzinha sequer...”. Esses elementos evocam o sertão como espaço vivido e, no dizer de Almeida, esse espaço vivido é “um campo atravessado de valores, ligados à maneira como os indivíduos apreendem o meio ambiente e entram em relação com ele” (2003, p.72). A experiência vai, portanto, dar sentido e significado a um determinado lugar. Quando marcado pela vivência, o sertão é lugar.

O sertão, como construção discursiva, é também território. Almeida diz: “A construção discursiva sobre o sertão espelha a maneira como ele é pensado e uma maneira específica de “ver” o mundo”. (2003, p. 71). Acredita-se que as idéias, evocadas continuamente acerca do sertão, tiveram o efeito de um *discurso fundador*,<sup>66</sup> pois se constituíram em enunciados que ecoaram e





reverberaram, ressoando em muitos outros discursos. Na análise do *discurso fundador*, Orlandi ressalta que **esse** tipo de discurso “busca a notoriedade e a possibilidade de criar um lugar na história, um lugar particular. Lugar que rompe no fio da história para reorganizar os gestos de interpretação” (1993, p.16).

A irrupção de um *discurso fundador* instaura e sustenta sentidos, ressoando, até que se produza um deslocamento. Orlandi destaca ainda a esse respeito que “não são os enunciados empíricos, são suas imagens enunciativas que funcionam. O que vale é a versão que ‘ficou’” (1993, p.12). Analisando discursos fundadores e a relação com o imaginário na construção do país, a autora ressalta: “E aí está a marca-discursiva, não conteudística – do discurso fundador: a construção do imaginário necessário para dar uma ‘cara’ a um país em formação; para constituí-lo em sua especificidade como um objeto simbólico” (1993, p.17). Sem dúvida, o que se proclamou acerca do *sertão* imprimiu a **esse** espaço uma “fisionomia” singular, impregnada de peculiaridades.

As representações do sertão se constituem a partir de diversos elementos articulados que corroboram entre si na constituição de um imaginário social, uma memória coletiva. Tais elementos acabam por moldar comportamentos, estabelecendo forças reguladoras da vida social, padronizando condutas e instituindo perfis adequados a dadas conjunturas.

Na abordagem dessa questão, Andrade (1998, p.43) ressalta:

A luta no nível do simbólico é uma disputa pelo poder de impor determinadas visões de mundo, ou seja, determinadas representações, determinando sentidos aos objetos e relações sociais, o que implica determinados parâmetros de conhecimento da sociedade, do mundo, do universo.

No que concerne às configurações de representações, entretanto, nem todos pensam e agem da mesma maneira. Mesmo numa aparente homogeneidade, as resistências às representações dominantes se processam e, é na própria repetição das representações instauradas que, muitas vezes, a representação cristalizada cede lugar às resistências e às rupturas.

Orlandi evidencia que “uma mesma coisa pode ter diferentes sentidos para os sujeitos. E é aí que se manifesta a relação contraditória da materialidade da língua e da história” (1997, p. 21). Nesse mesmo entendimento, Chartier (1990) destaca que os discursos e as palavras que pretendem moldar os pensamentos e as condutas não são, de forma alguma, redutíveis à vontade dos produtores de discursos e normas. É importante assinalar que os sujeitos sociais não cumprem sempre, nem cumprem literalmente, os termos das prescrições de sua sociedade. Muitas histórias são construídas em discordância às proposições sociais de um contexto, muitos sentidos inscrevem-se em direções dissonantes de um eventual sentido difundido, solidificado e coletivamente aceito. Assim, a linguagem veiculada em diferentes discursos “não transmite apenas sentidos, mas os *constitui* e os *transforma*, em processos que são sociais, históricos e que funcionam ideologicamente” (ORLANDI, 1989, p.18).

Mesmo aqueles que, de uma forma ou de outra, resistem ao discurso instituído, se vêem impregnados de um sentido que não é o seu, mas que produz, ainda assim, determinados comportamentos coerentes com os discursos predominantes. Essa relação é, portanto, conflitante e permite apreender que, apesar da articulação de diversos elementos que contribuíram para que esse território tivesse uma identidade aparentemente singular, a multiplicidade de representações se faz presente. Concorde-se com Massey quando, ao analisar a relação entre identidade e lugar a partir de Kilburn,<sup>67</sup> enfatiza que, embora esse lugar possa ter uma característica própria, “não se trata absolutamente de uma identidade coesa, coerente, de um sentido particular do lugar, partilhado por todos. Nada poderia ser mais diferente disso” (2000, p. 183).

Na concepção de Massey, em vez de se pensar os lugares como áreas com fronteiras ao redor, pode-se imaginá-los como momentos articulados em redes de relações e entendimentos sociais. Portanto, “cada lugar pode ser visto como um ponto particular, único, dessa interseção”. Essas análises permitem à autora propor que é importante pensar em um sentido de lugar que seja *extrovertido*, o que inclui “uma consciência de suas ligações com o mundo mais amplo, que integra de forma positiva o global e o local”. Esse sentido possibilitaria o desenvolvimento de um conceito progressista de lugar, pois para Massey, “o lugar é absolutamente não-estático. Se os lugares podem ser conceituados em termos das interações que o agrupam,



então essas interações em si mesmas não são coisas inertes, congeladas no tempo: elas são processos” (2000, p. 184).

Os argumentos desenvolvidos por Massey (2000), enriquecidos com diversos exemplos do cotidiano, evidenciam, dialeticamente, os processos sociais e as relações individuais que estão na base desses processos. Apesar do entendimento da importância da dimensão social nessa análise, a autora assegura que existem formas particulares das pessoas se relacionarem com os lugares.

As singularidades, portanto, não podem ser analisadas sem o entendimento de que as representações acerca do sertão baiano estão inegavelmente associadas ao sertão nordestino, veiculadas no plano nacional, em que o *sertão* quase se identifica com a Região Nordeste. Abordando essa associação, Alencar assim define o sertão: “mancha imprecisa que recobre o interior do Brasil, melhor seria a referência a *sertões*, no plural. Pode-se afirmar que, relativo ao espaço geográfico ou ao imaginário social, sertão é sempre plural” (2004, p. 01).

Essa pluralidade também é marcante nas representações do sertão. O sertão é, assim, lugar e território. Os seus *sentidos*, não se enquadram em singularidades, antes são traspassados por uma multiplicidade de representações que, por sua vez, vão gerar uma pluralidade de olhares.

## Considerações Finais

Acredita-se que é como membros de diversos grupos que nós nos representamos e construímos representações de objetos, territórios, instituições ou fatos. Sob essa ótica, as representações não podem ser entendidas fora de uma dimensão de alteridade, de uma teia de relações entre os indivíduos na sociedade da qual fazem parte.

Para fins de conclusão, destaca-se que as representações estão intimamente associadas a símbolos e que a criação de símbolos não é arbitrária. Existe, portanto, no mundo das idéias, dos discursos e dos ritos, todo um processo de *mobilização simbólica*, que revela a visão de mundo de determinado momento. Na medida em que essas idéias materializadas em discursos, símbolos e ritos alcançam uma *eficácia social*,<sup>68</sup> elas contribuem para a configuração de determinadas representações geográficas.



A identidade cultural dá sentido ao território. A vivência e a experiência produzem um sentido do lugar. Nessa compreensão, é inevitável a conclusão de que muitos laços de identidade se manifestam na convivência com o lugar, com o território. Todavia, os significados desses laços não são marcados pela unicidade e, sim, pela multiplicidade de percepções. Considerando o sertão como portador de sentidos e significados que lhe são atribuídos de acordo com determinadas vivências e experiências ou, ainda, a partir de discursos instituídos, pode-se considerá-lo ora como lugar, ora como território.

Partindo dessa concepção, concorda-se com Massey (2000) quando argumenta que não existe uma identidade coesa com o lugar, mas identidades múltiplas. Assim, as identificações e os *sentidos* atribuídos aos lugares e aos territórios são também múltiplos, diversos. É possível concluir que os *sentidos* para os lugares, para os territórios com os quais podemos nos identificar, estão sendo constantemente (re) elaborados. Estão, portanto, sempre em curso. Esse entendimento explica a multiplicidade de representações acerca do território enfocado.

Estabelece-se aqui o posicionamento de que sertão é, dialeticamente, um espaço que significa e que é significado. Os “sentidos” do sertão são o amálgama de experiências sociais variadas, muitas vezes, e quase sempre contraditórias, ambíguas e antagônicas. Diante da polarização das opiniões e da variedade de abordagens na discussão do que seja sertão, o pressuposto adotado nesse trabalho admite a necessidade de se romper com os dualismos invariavelmente presentes na idéia de sertão, considerando dialeticamente os elementos que engendram essas concepções.

Diante de todas essas premissas, por vezes, a idéia de sertão é fugidia, representando, para muitos, o contraponto da globalização, mas, nessa mesma dinâmica, paradoxalmente, a idéia de sertão se afirma com mais ênfase, configurando na memória coletiva uma identidade territorial que não se quer perder. Nesse fluxo de sentidos, conclui-se que, a geografia do sertão é, portanto, uma geografia em movimento.

### Referências Bibliográficas

AB’SÁBER. A. N. Os Sertões: a originalidade da terra. **Ciência Hoje**, v. 3, n. 18, maio/junho, 1985, p. 43-52.



195- Identidade, Lugar e Território nas Representações do Sertão da Ressaca - Bahia

ALENCAR, M. A. G de. **Cultura e identidade nos sertões do Brasil**: representações na música popular. Disponível em: <http://www.hist.puc.cl/historia/iaspmla.html> Acesso em: 04 nov., 2004.

ALMEIDA M. G. de e VARGAS, M. A. M. A dimensão cultural do sertão sergipano. In: DINIZ, J. A. F. e FRANÇA (Org.). **Capítulos de Geografia nordestina**. Aracaju: NPGeo/UFS, 1998.

ALMEIDA, M. G. de. Em busca do poético do sertão: um estudo de representações. In: **Geografia: leituras culturais**. ALMEIDA, M. G. de e RATTS, A.J. P. Goiânia: Alternativa, 2003, p. 71-88.

\_\_\_\_\_. Fronteiras, territórios e territorialidades. **Revista da ANPEGE**. Ano 2, n. 2. Fortaleza: 2005, p. 103-114.

AMADO, J. Região, sertão, nação. In: **Estudos Históricos**, v. 08, n. 15. Rio de Janeiro: Cpdoc/FGV, 1995, p. 145-151.

ANDRADE, M. A. de. A identidade como representação e a representação da identidade. In: **Estudos Interdisciplinares de Representação Social**. Goiânia. AB, 1998, p. 141-149.

ANDRADE, M. C. de. **A terra e o homem no Nordeste**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 1998.

BENKO, G. A recomposição dos espaços. In: **Interações. Revista Internacional de Desenvolvimento Local**. v. 11, n. 2, Campo Grande: UCDB, 2001.

CARLOS, A. F. A. **O lugar no/do mundo**. São Paulo: Hucitec, 1996.

CASTELLS, M. **O Poder da Identidade**, v. 2. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

CAVALCANTI, O desencontro do ser e do lugar: a migração para São Paulo. In: BURITY, J. A. (Org.). **Cultura e identidade: perspectivas interdisciplinares**. Rio de Janeiro: DP & A, 2002.

CHARTIER, R. **A História Cultural: entre práticas e representações**. Rio de Janeiro: Difel. Ed. Bertrand Brasil, 1990.

ESPINDOLA, H. S. **Um olhar sobre a paisagem mineira do século XIX**: os sertões são vários. Disponível em:

<http://www.ufop.br/ichs/conifes/anais/CMS/ccms17.htm> Acesso em 04 nov., 2004.

GIDDENS, A. **Mundo em descontrole**. Rio de Janeiro: Record, 2000.

GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA. SEPLANTEC: CAR. **Programa de Desenvolvimento Regional Sustentável**: Sudoeste da Bahia. Salvador, 2000.

HALL, S. **A Identidade cultural na Pós-Modernidade**. 3. ed. Rio de Janeiro: DP & A, 1999.

HAESBAERT, R. **O mito da desterritorialização**: do “fim dos territórios” à multiterritorialidade. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

\_\_\_\_\_. Concepções de território para entender a desterritorialização. In: **Território, Territórios**. Programa de Pós-Graduação em Geografia – PPGeo-UFF/AGB. Niterói, 2002.

\_\_\_\_\_. Identidades Territoriais. In: **Manifestações da cultura no espaço**. CORREA, R. L. e ROSENDAHL, Z. (Org.). Rio de Janeiro: Ed UERJ, 1999.

\_\_\_\_\_. **Des-territorialização e identidade**. Niterói: Eduff, 1997.

MARTINS, S. R. O. Desenvolvimento Local: questões conceituais e metodológicas. In: **Revista Internacional de Desenvolvimento Local**. v. 3, n. 5. Campo Grande: UCDB, 2002.

MASSEY, D. Um sentido global do lugar. In: **O espaço da diferença**. ARANTES, A. A. (Org.). Campinas: Papirus, 2000.

\_\_\_\_\_. **Pelo espaço**: uma nova política da espacialidade. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2008.

MENDES, G. F. **Luzes do saber aos Sertões**: memória e representações da Escola Normal de Vitória da Conquista. Vitória da Conquista: Edições UESB, 2004.

MORAES, A.C. R. **O Sertão**: um “outro” geográfico. In: *Terra Brasilis*, Rio de Janeiro, Anos III – IV, n. 4-5, 2002-2003.

NORA, P. Entre memória e história: a problemática dos lugares. In: **Projeto História**, n. 10. São Paulo: Educ, 1993. p. 7-28.



197- Identidade, Lugar e Território nas Representações do Sertão da Ressaca - Bahia

ORLANDI, E. **As formas do silêncio**: no movimento dos sentidos. 4. ed. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 1997.

\_\_\_\_\_. Vão surgindo os sentidos: a formação do país e a construção da Identidade Nacional. In: **Discurso Fundador**, Orlandi, Eni Puccinelli (Org.). Campinas, SP: Pontes, 1993.

ORLANDI, E. et all. **Vozes e contrastes**: discurso na cidade e no campo. São Paulo: Cortez, 1989.

PENNA, M. **O que faz ser nordestino**: Identidades sociais, interesses e o “escândalo” Erundina. São Paulo: Cortez Editora, 1992.

SANTOS, M. **Por uma outra globalização**: do pensamento único à consciência universal. Rio de Janeiro: Record, 2000.

SOUSA, Maria Aparecida Silva de. *A conquista do Sertão da Ressaca*: povoamento e posse da terra no interior da Bahia. Vitória da Conquista: UESB, 2001.

SILVEIRA, C. **Miradas, métodos, redes**: o desenvolvimento local em curso, 2001. Disponível no site: [www.iefs.inf.br/acervo/Artigos/Miradas%20metodos%20redes%20-%20desenvolvimento%20local%20em%20curso.pdf](http://www.iefs.inf.br/acervo/Artigos/Miradas%20metodos%20redes%20-%20desenvolvimento%20local%20em%20curso.pdf). Acesso em: 20 de julho de 2005.

WIED-NEWIED, M. (príncipe de). **Viagem ao Brasil**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1940.

ZAOUAL, H. **Globalização e Diversidade Cultural**. São Paulo: Cortez, 2003.



